

Maria Helena de Paula Frota, Veronica Maria Ferreira, Lorena da Silva Lopes e Daliane Fontenele de Sousa*

Trabalho terceirizado e autônomo de mulheres:

Redefinição entre espaços público e privado.

RESUMO: O artigo trata do trabalho terceirizado e autônomo de mulheres na redefinição entre espaços público e privado. Fruto de duas investigações em andamento pelo eixo temático Gênero e Trabalho, uma com o trabalho terceirizado de mulheres nas indústrias de redes de dormir no Ceará, e outra, o trabalho autônomo de mulheres nos programas de microcrédito financiado pelo Governo federal, estadual e municipal. Estas pesquisas contemplam as análises sobre as transformações gestadas no mundo do trabalho e suas repercussões sobre a condição feminina em cujas transformações é notória a inserção de mulheres no mercado de trabalho, seja por motivo de garantia de sobrevivência, de incremento da renda familiar ou de emancipação.

Palavras-chave:

Espaço público e privado;
trabalho das mulheres;
gênero e trabalho;
tercerização e trabalho
autônomo.

Dos três projetos de pesquisa desenvolvidos pelo Grupo de Estudos de Gênero, Família e Geração da Universidade Estadual do Ceará, no eixo temático Gênero e Trabalho, encontram-se em andamento duas investigações: uma com o trabalho terceirizado de mulheres nas indústrias de rede de dormir no Ceará, mais precisamente nos Municípios de Fortaleza e Jaguaruana, e outra o trabalho autônomo de mulheres nos programas de micro-créditos financiados pelo Governo Federal e repassados à Prefeitura

Municipal de Fortaleza e Banco do Nordeste. Estas pesquisas contemplam as análises sobre as transformações gestadas no mundo do trabalho e suas repercussões sobre a condição feminina. Dentre essas transformações, é notória a inserção das mulheres no mercado de trabalho, seja por motivos de garantia da sobrevivência, de incremento na renda familiar ou de emancipação.

Um estudo comparativo realizado em três países - Japão, França e Brasil - na década de 90, revela, no que concerne à organização do trabalho e à tecnologia empregada, que nos estabelecimentos industriais dos referidos países o pessoal envolvido era masculino ou feminino segundo o tipo de máquinas, o tipo de tarefa e a organização do trabalho. *O trabalho manual e repetitivo era atribuído às mulheres e aquele que requeria conhecimentos técnicos era atribuído aos homens*". (HIRATA, 1993)

Assim, a inserção da mulher se dá em termos de uma divisão sexual do trabalho, através da qual o capital incorpora para seus fins saberes e funções femininas histórica e culturalmente construídas e torna precária sua entrada e condição no mercado de trabalho, a partir de construções seculares. Essas ditas novas relações de trabalho, principalmente a terceirização, no entanto, não são inéditas. São, pelo contrário, uma característica inerente ao trabalho das mulheres anterior à própria industrialização. A terceirização é aqui compreendida como a relação de trabalho em que ocorre a transferência para "terceiros" de atividades inerentes ao processo de produção da empresa, que constituem ou não suas atividades-fim (cf. ANTUNES, 1995 e OLIVEIRA, 1999).

1. A tessitura histórica: "pregar as varandas, trançar os punhos"...da fábrica para casa, da casa para fábrica; de mãe para filha; do interior para a capital.

Uma das situações em que se presencia esse duplo processo de exploração e precarização do trabalho, é na confecção das redes de dormir no Ceará, na qual as mulheres realizam em seus domicílios parte da produção que deveria ser feita na fábrica todo o acabamento da rede, mediante relações terceirizadas.

Fazendo uma retrospectiva histórica, sabe-se que a rede de dormir é uma invenção indígena e sua utilização foi descrita logo na Carta de Caminha. Os índios, no entanto, não possuíam as técnicas de tecelagem, as quais foram trazidas pelos portugueses que ocuparam o Nordeste brasileiro. A partir de

então, o pano de rede (tecido de malha ou tanga) passou a ser produzido com algodão no *batelão* (tear grande) introduzido pelo colonizador. A rede, principalmente com a finalidade de dormir, passou a fazer parte do modo de vida do brasileiro, perdurando até hoje.

Com dados mais recentes, FROTA (1999) assinala que, em Fortaleza, existem cerca de 102 indústrias de redes, responsáveis pela produção de 67% do volume de redes do Estado. A produção é escoada para a região Norte (51%), pelo próprio Estado (28%), Sul/Sudeste/Centro (10%), outros estados do Nordeste (9%) e Exterior (2%). O mercado de redes se retrai de acordo com a concorrência de outros estados e no âmbito do próprio Ceará.

Em Jaguaruana, município do interior do Ceará conhecido como a “terra das redes”, a produção artesanal de redes de dormir, que no decorrer dos anos “tomou ares de indústria”, remonta a antes da época em que se dá a emancipação do Município, em 1890 (JAGUARIBE; 1998: 97 Apud FROTA 1999). É, de fato, a indústria de redes a principal atividade econômica do município, que possui, segundo dados do SEBRAE (1998), 200 pequenos e médios produtores de redes de dormir, fabricando, em média, 462 unidades por mês, o que movimenta um faturamento médio mensal de R\$ 3.449,00, por unidade produtiva.

Apesar da industrialização verificada no setor, os processos produtivos ainda são, na sua maioria, obsoletos, carentes de modernização. Apenas 51% das empresas registradas possuem teares elétricos, deixando-se de levar em consideração os trabalhadores das empresas maiores, que também desenvolvem uma pequena produção doméstica, com teares manuais, ou que fazem locação de teares elétricos para produzirem seus pequenos volumes, como forma de complementar a renda familiar, que não estão registrados, mas cuja existência é inegável na Cidade.

Em Jaguaruana, a produção de redes ocupa espaços privados e públicos. Segundo registra a jornalista Elisabete Jaguaribe (1998), reportando-se ao processo artesanal que permanece ainda hoje:

“os finais de tarde de Jaguaruana ganhavam um colorido plural, com camadas de fios espalhadas para secar ao vento do Aracati. Os trabalhadores circulavam

pelas ruas em bicicletas carregadas de rede, para _ em regime de mutirão doméstico _ finalizarem o processo de produção (pregar as varandas, trançar os punhos...)”. (JAGUARIBE; 1998:97. Apud. SILVA, 1999)

O processo produtivo realiza-se, predominantemente, em dois espaços: o fabril e o doméstico. No espaço fabril, concentram-se as atividades de tecelagem do pano da rede (tanga), para as quais se utilizam máquinas e teares manuais e onde predomina a mão-de-obra masculina. No espaço doméstico, dá-se o acabamento da rede, que corresponde aos trabalhos de feitura da bainha, do cadilho, da mamucaba, das varandas e do trançado e colocação dos punhos. Essa parte do processo é caracterizada pelo trabalho manual realizado por mulheres nas suas residências ou, em menor número, na própria fábrica.

Tanto nas pequenas como nas grandes indústrias, o acabamento é feito manualmente por mulheres. Essas empresas repassam o pano de rede (tanga), instrumentos e matéria-prima necessários, distribuindo-os nas residências onde é realizado o trabalho. Em Fortaleza, a maioria dessa mão-de-obra se encontra nos bairros da Serrinha e Pirambu. No bairro da Serrinha, predomina a força de trabalho oriunda do próprio município de Jaguaruana-CE. Dessa forma, o trabalho artesanal, herdado de mãe para filha no interior, estende-se para a capital do Estado (FROTA;1999).

Segundo dados apresentados pela referida autora, no geral das 102 indústrias fortalezenses, a força de trabalho empregada é de 5.886 pessoas, sendo 175 (3%) na administração, 1.411 (24%) na produção direta (que ocorre na própria fábrica, como a tecelagem do pano da rede, o tingimento etc., e onde predomina o trabalho masculino) e 4.300 (73%) na produção indireta (correspondente às atividades de acabamento realizadas em residências e nas quais se emprega o trabalho feminino).

Os dados ora mostrados evidenciam que na produção da rede o trabalho manual feminino predomina. As empresas empregam um grande contingente de mulheres através de “fios invisíveis”¹, uma vez que não se estabelece nenhum vínculo empregatício formalizado entre a empresa e as trabalhadoras. Estas relações vêm se desenvolvendo há séculos, sendo tão antigas quanto a própria produção de redes no Estado, tanto quanto a própria produção artesanal, em âmbito global.

¹ MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. Vol. I. p. 536

2. Os “fios invisíveis”; a trama das relações tercerizadas no espaço doméstico na produção das redes.

No acabamento da rede, a casa torna-se uma extensão da fábrica. A produção é transferida para terceiros(as), os(as) quais são pagos (as) de acordo com o volume produzido. Vivem em situação de *precariedade* nas relações de trabalho, caracterizadas pela informalidade; de *vulnerabilidade*, no que se refere à proteção social; e de *instabilidade*, uma vez que inexistente o vínculo formal de trabalho.

A transformação da residência em espaço de trabalho traz inúmeras conseqüências para a vida familiar, principalmente no que concerne à invasão da privacidade, ou seja, de espaços destinados à reprodução da força de trabalho, já que as casas são pequenas para garantir as condições mínimas de lar. Ao se tornarem também ambiente de trabalho, têm seu espaço ainda mais reduzido. Registram-se outrossim as sérias conseqüências para a saúde das trabalhadoras e de suas famílias, dadas as peculiaridades do produto (fios de algodão) e as precárias condições de trabalho sem a devida proteção (como o uso de máscaras) contra o pó e a lã dos fios que se desprende do algodão, que se lançam no ar, desde o início da produção até o final. A precariedade das condições de trabalho em domicílio e sua relação com o espaço é retratado por Marx, em pleno século XVII, ao referir-se à manufatura moderna, cuja situação permanece até hoje no caso em questão:

“...nele [trabalho em domicílio], a pobreza despoja o trabalhador das condições mais indispensáveis ao trabalho, o espaço, a luz, a ventilação etc; a irregularidade do emprego aumenta e, finalmente, nesse último refúgio daqueles que a indústria e a agricultura moderna tornaram supérfluos, atinge o máximo, por força das circunstâncias, a concorrência entre os trabalhadores”. (MARX; 1968:530)

A exploração da mais-valia absoluta torna-se ainda mais intensa, uma vez que, se o salário depende do volume produzido, essas mulheres, ajudadas por crianças e homens, estendem sua jornada de trabalho o máximo possível, para aumentar seu ganho.

Presencia-se, também, o trabalho infantil (“regime de mutirão doméstico”, na expressão de JAGUARIBE, citada há pouco), quando as crianças são chamadas a ajudar suas mães na produção e transporte das redes ou quando passam a substituí-las nas tarefas domésticas, bem como divisões do trabalho segundo o gênero algumas vezes mais flexíveis:

o acabamento de rendas se realiza ou nas “casas das patroas” ou por intermédio de mulheres, ajudadas ou não pelos filhos, em sua residência. (...) O local de trabalho é parte de sua residência. Recebem encomendas de fabricantes donos de lojas, etc. e empregam mulheres, meninas e meninos, de acordo com o tamanho de seus quartos e com a procura flutuante do negócio. (MARX; 1968:535)

Fazendo breve retrospectiva histórica, encontram-se aí as relações de terceirização já no modo de produção feudal na Europa, quando os senhores ofereciam parte de suas terras aos servos em troca de uma certa quantidade de produção e de favores militares, criando-se, assim, uma relação de servidão.

Assim, antes da industrialização, o trabalho das mulheres e homens se concentrava no espaço privado, onde a família representava uma unidade produtiva. Não obstante, neste período, a partir mesmo do século XVII, há indícios efetivos de existência de relações de assalariamento _ bastante heterogêneas, ressaltando-se, principalmente no desenvolvimento de atividades relacionadas ao artesanato. Estes rastros de salário apontam a existência de uma “proto-indústria rural” onde se praticavam relações de assalariamento, antes do próprio advento do capitalismo². Esta “proto-indústria rural” era constituída essencialmente por trabalhos têxteis realizados no seio da família em complementação à renda oriunda das práticas agrícolas, após devidamente deduzidas as frações pertencentes ao senhor feudal – de trabalho e produção. As encomendas eram realizadas sobretudo pelas manufaturas nascentes. Esse tipo de condição e relação de trabalho perdurará até mesmo depois do surgimento das indústrias urbanas e da oficialização e legitimação do assalariamento como relação fundamental de trabalho³.

Após a industrialização, mesmo com a segregação entre trabalho doméstico e na fábrica, e com a inserção feminina nesses espaços produtivos, ainda persistem as atividades têxteis desempenhadas pelas mulheres no espaço

²Cf. CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: ed. Vozes, 1998.

³A condição de assalariado, antes de sua consolidação no modo de produção capitalista, era repudiada pelos trabalhadores e trabalhadoras na Europa. A ela recorria-se apenas quando as relações tradicionais de trabalho eram incapazes de prover a sua sobrevivência e/ou de suas famílias. Op cit. Cap. II.

privado. A historiadora francesa Michelle Perrot, analisando a condição das mulheres, especialmente em relação ao domínio dos espaços públicos e privados, faz várias referências a eles.

“O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminado, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e as tecidos....” (1992:178).

O século XIX consolida, assim, uma ruptura essencial dos espaços públicos e privados, inaugurando relações de trabalho e definindo novas relações de gênero com origem na segregação sexual entre os espaços, a partir das quais, segundo ainda PERROT,

“A participação feminina no trabalho assalariado é temporária, cadenciada pelas necessidades da família, a qual comanda, remunerada com um salário de trocados, confinada às tarefas ditas não-qualificadas e tecnologicamente específicas. (...) rendeira ou remendeira, são os arquétipos femininos.” (1992:187)

A dona-de-casa do século XIX é, portanto, muito freqüentemente, uma trabalhadora assalariada que desempenha um trabalho em domicílio, destacando-se aqueles ligados à indústria têxtil. Com o acirramento da industrialização e a conseqüente introdução das máquinas – as quais vão impor grandes resistências – a mulher é convocada a exercer funções dentro da fábrica.

Quando não são absorvidas, ou após serem, as donas de casa perdem sua atividade pela eliminação da necessidade de seu ofício, realizado agora pelo objeto inanimado. Seu trabalho vivo é substituído pelo trabalho morto das máquinas. Essa transformação atingirá em cheio as donas-de-casa, sobretudo aquelas mães cuja prole, por uma condição econômica e de gênero específica (essencialmente), lhes exige a presença no lar.

As reações à introdução das máquinas – apanágio da luta pela recuperação do trabalho em domicílio – serão consideráveis. As mulheres empreendem inúmeras revoltas, muitas delas marcadas pelo luddismo.

“As mulheres pressentem nas máquinas as concorrente não só de seus maridos, mas delas mesmas, inimigas diretas dos trabalhos manuais a domicílio que lhes permitem completar o orçamento, mantendo um certo controle sobre o emprego do tempo.” (PERROT; 1992:189)

As mulheres no século XIX não apreciam a fábrica e não aspiram à condição de operárias, cuja face ininvejável se expressa na degradação de rostos e corpos de homens e mulheres ao seu redor. E a luta contra as máquinas e pelo trabalho no âmbito privado produzirá frutos, contribuindo, também, para sua perpetuação até os dias atuais. Isso porque o capital encontrará nele um instrumento precioso de fragilização da classe trabalhadora – seja pela sua fragmentação e isolamento, seja pela distância que tomarão das lutas mais intensas que se gestam nos espaços fabris⁴.

Mas o trabalho em domicílio perpetuado chegará a níveis de exploração que conduzirão, também, a que se tornem repulsivos às mulheres trabalhadoras, já no século XX, devido, principalmente, à introdução do *sweating system* – trabalho em domicílio enquadrado dentro da indústria de confecção – que consolida a adoção do processo de terceirização em grandes empresas, como é o caso da Singer. Os abusos da exploração e espoliação da força de trabalho feminina conduzirão, como que “por contradição”, nas palavras de PERROT, à revalorização da condição de operária e à aspiração do acesso à fábrica. Pois nela já se tem notícias e evidências de melhorias nas condições de trabalho, pela conquista incipiente e paulatina dos direitos trabalhistas.

“Inicialmente objeto de desejo por parte das mulheres, que nela viam o meio de conciliar suas tarefas e talvez ganhar tempo _ a Singer faz bater muitos corações – a máquina de costura assim se converteu no instrumento de sua servidão: a fábrica de domicílio. Nesse caso, é preferível a outra.” (IDEM; p. 1992)

No Brasil, demarca-se a origem do processo de terceirização quando da contratação de emigrantes da Europa que vinham para o país trabalhar nas lavouras paulistas de café, no final do século passado. Os colonos eram

⁴A manutenção do trabalho em domicílio é também uma estratégia de desagregação e obstaculização à tomada de consciência de classe. Diz esse administrador de fábrica têxtil do século XIX: “mais vale deixar as mulheres isoladas e dar-lhes trabalho para fazer em casa do que reuni-las aos montes, pois as pessoas dessa categoria são como plantas que fermentam quando amontoadas” (TUETEY apud PERROT; 1992:198). Opinião superada?

contratados ainda nos seus países de origem e, assim, assumiam o compromisso de pagar suas despesas de viagem com o trabalho. No País, a cada família era transferida uma quantidade de terra proporcional à sua capacidade de cultivo. Com a venda da colheita, lhes cabia metade do lucro líquido produzido, da qual também se deduziam as despesas de viagem (OLIVEIRA; 1999).

Ainda no final do século passado, em São Paulo, a terceirização foi empregada na produção de fios na região de Vila Americana, pela iniciativa de um vendedor que descobriu 12 teares parados e passou a utilizá-los, recebendo pelo trabalho prestado, sem o investimento prévio de capital. “Essa atividade expandiu-se entre os que trabalhavam naquela região com tecelagem, pois instalavam teares em suas residências como forma de melhorar a renda familiar”. (OLIVEIRA; 1999) Com a intensificação da industrialização no País, a terceirização passou a ser empregada inicialmente nas multinacionais, na década de cinquenta, estendendo-se depois para as indústrias nacionais. A partir da década de 1990, assume um caráter proeminente nas indústrias e órgãos públicos e privados, no sentido de promovê-los aos padrões de “empresas enxutas” do toyotismo e de ganhos de eficiência, uma vez que permitiriam-se concentrar nas suas atividades-fim.

Segundo Oliveira (1999),

“As formas de trabalho do artesão nordestino lembram as da burguesia dos séculos passados, isto é, os trabalhos com renda, palha, barro e argila geralmente acontecem sob a forma de encomenda para um ou vários empresários.”

Como se vê, o trabalho das mulheres é empregado por intermédio de um processo bastante antigo de terceirização da produção, através do trabalho em domicílio. Constatase, assim, que a terceirização não é uma relação moderna cuja origem está consubstanciada na reestruturação produtiva do capital. Não se encontra aí, também, a sua suposta originalidade, como técnica moderna da gestão da força de trabalho nas empresas. É antiga e, no caso das trabalhadoras de redes de dormir, apresenta-se ainda mais perversa, uma vez que não há sequer perda, mas uma inexistência perpetuada de direitos e regulamentações das relações de trabalho e a perpetuação de relações de exploração e poder inscritas nas interrelações de classe e gênero e da segregação dos espaços, na qual a tendência é para a manutenção de seu confinamento no espaço privado como não-regulamentação de direitos trabalhistas; discriminando-as sem a mínima proteção social.

3. Os micro-créditos: “redes” de precariedade e informalidade no trabalho autônomo de mulheres.

Políticas sociais promovidas no plano federal, estadual e municipal com programas de emprego e geração de renda (dentre eles os micro-créditos) vêm reforçar as desigualdades de gênero, como também redefinir os espaços públicos e privados à medida que, em sua maioria, estes créditos serão utilizados em atividades econômicas desenvolvidas em espaços domésticos.

Tais políticas compõem uma das estratégias neoliberais de enfrentamento do desemprego por meio da indução à informalidade nas relações de trabalho, com a criação do próprio negócio, associadas à ideologia do empreendedorismo⁵, da empregabilidade⁶, cotidianamente apregoada às massas desempregadas como saída para a desregulamentação do mercado de trabalho.

⁵Empreendedorismo está relacionado com a capacidade, o potencial desenvolvido pelo indivíduo de gerar prosperidade, de ter sucesso nos negócios, na formação profissional, apenas o indivíduo, não o sistema social, comumente denomina-se de espírito empreendedor.

⁶Empregabilidade diz respeito à capacidade da mão-de-obra de se manter empregada ou encontrar novo emprego quando demitida. Para o MEC, trata-se da capacidade não só de obter emprego, mas, sobretudo de se manter num mercado de trabalho em constante mutação. Para LEITE (1997), é o conjunto de competências que você comprovadamente possui ou pode desenvolver- dentro ou fora da empresa.

Na direção do setor informal urbano, os governos têm voltado as metodologias e programas de auto-emprego que estimulam o ‘espírito empreendedor’, sobretudo para as mulheres pertencentes à população de baixa renda. Aqui no Ceará os órgãos governamentais que mais se destacam neste tipo de atuação são IDT/SINE, Banco do Nordeste e Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Como comentário de investigação em andamento, destacaremos o resultado parcial de um levantamento realizado nas instituições promotoras (BNB e Prefeitura Municipal de Fortaleza) e dos seus respectivos programas de geração de emprego e renda - CREDIAMIGO e PROFITEC.

Durante os anos de 1997 e 1998, foram criados os projetos-alvo da nossa investigação: o Programa de Profissionalização, Geração de Emprego e Renda e Difusão Tecnológica pela Fundação Municipal- PROFITEC- e uma linha de crédito destinada aos micro-empresendedores pelo Banco do Nordeste, identificada como CREDIAMIGO.

Podemos verificar que o Programa PROFITEC (atualmente substituído pelo Programa de Incentivo ao Negócio em Casa - PINC, sob a Coordenação do Programa de Geração de Emprego e Renda - CPGER) tem como metodologia de ação a realização de cursos de capacitação gerencial, concessão de linhas de créditos e acompanhamento empresarial, viabilizando os pequenos empreendimentos. Seguindo a mesma linha, o CREDIAMIGO apresenta como

metodologia a oferta de serviços financeiros e de capacitação, proporcionando oportunidades de ocupação e renda aos pequenos investidores que necessitam de capital de trabalho (ou giro) para melhorar o nível de suas atividades.

Ambos os programas são destinados a grupos solidários compostos de 3 a 5 pessoas, no entanto, o PROFITEC também concede o crédito de forma individual. No que concerne ao valor dos empréstimos, no PROFITEC varia até R\$ 5.000,00 com pouco capital de giro e mais investimentos na parte tecnológica; no CREDIAMIGO, o valor médio dos primeiros empréstimos é de até R\$ 500,00 por beneficiário, podendo atingir até R\$ 3.000,00 (este valor máximo só é adquirido de acordo com a avaliação elaborada pelo órgão e após ser cliente do Programa).

Segundo dados obtidos diretamente junto aos referidos programas, o total de números de créditos concedidos para o Município de Fortaleza, compreendido no período de 1995 a maio de 1999, foi de 21.587 linhas de financiamento. Deste total, 18.035 foram liberados pelo CREDIAMIGO, 1.045 liberadas pelo PROFITEC e 2.507 liberados pelo SINE/IDT.

De acordo com dados investigados junto ao BNB, desde a criação do Programa até os dias atuais, no Ceará foram efetuadas 20.284 operações por mulheres e 24.346 por homens. Em Fortaleza, os dados nos mostram que existem 1.578 mulheres ativas e 1.987 homens ativos, ou seja, que estão em constante solicitação de empréstimos junto ao Banco. Pode-se concluir, pela análise dos dados, que a diferença de aquisição do crédito por mulheres é inferior à dos homens, mas não tão significativa a diferença. Isso vem demonstrar o esforço cada vez maior da população feminina em se inserir no mercado de trabalho, mesmo sendo este informal.

Na pesquisa realizada no PROFITEC, constatou-se que durante os anos de 1997 e 1998 a concessão de créditos foi dirigida em grande parte para as mulheres, ou seja, em torno de 57,3%, ratificando as estimativas da feminilização⁷ do mercado de trabalho autônomo em Fortaleza.

A faixa etária predominante entre os homens e mulheres que solicitam créditos está entre 29 e 50 anos, num percentual 97,87%, o que ilustra a problema de que nessa idade o mercado de trabalho formal fecha-se, decorrendo daqui a procura por atividades informais e muitas vezes precárias.

⁷Para Rita KEHL, (1998), A feminilidade é um conjunto de representações que tentam produzir uma identidade entre todas as mulheres, e por isso mesmo não pode dar conta das questões de cada sujeito. A feminilidade aparece como um conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora; partindo daí, atribui-se às mulheres um pendor definido para ocupar único lugar social - a família e o espaço doméstico, a partir do qual se traça também único destino para todas: a maternidade. A fim de melhor corresponder ao que se espera delas (...), pede-se que ostentem virtudes próprias da feminilidade: o recato, a docilidade, uma receptividade passiva em relação aos desejos e necessidades dos homens e, a seguir, dos filhos (KEHL,1998:58-59).

A renda familiar da prevalência dos solicitantes está entre 1 e 5 salários mínimos, a atividade de aplicação dos micro créditos, pelos estudos realizados, ocorrem em ramos tradicionais da economia, como confecções (masculinas e femininas) 26,94%, alimentação, 19,87%, e serviços 8,41%.

Diante do quadro de crise econômica atual, argumenta-se que as mulheres seriam mais bem absorvidas pelo mercado de trabalho precário e desregulamentado. Percebemos com isso que a mulher, apesar de seu esforço, continua sendo desvalorizada.

À medida que o mercado não vem absorvendo os candidatos aos postos de trabalho disponíveis, observa-se o agravamento da terceirização. Afirma-se que os trabalhadores informais já se transformaram num problema maior do que o desemprego, pois, “dos 69 milhões de brasileiros que trabalham, 41 milhões, ou seja, 60% estão no mercado informal”. Diante disso, tornou-se expressiva, e permanece em expansão, a presença feminina no setor informal, o que demonstra a importância crescente das mulheres no mundo do trabalho, onde elas são cada vez mais indispensáveis não só na acumulação capitalista como também na formação da renda familiar ou sua complementação, e na consequente condição de chefes de família.

Atualmente as mulheres, tanto no Ceará, no Brasil como na América Latina, têm sofrido bastante em face dos graves problemas sociais, dentre eles o desemprego, na medida em que tanto este País como este Continente se têm caracterizado como uma das regiões mais atingidas pela globalização em que a abertura econômica vigente na maioria dos países componentes não correspondeu à melhoria das condições de vida das populações, notadamente dos segmentos mais pobres.

Quanto ao emprego, observamos uma progressiva deterioração, pois se verifica que cerca de 56% do total de empregos existentes nos centros urbanos da América Latina estão no setor informal, o que é agravado pelo fato de que, para dez novas vagas de emprego que surgem nestes centros urbanos, estão no setor informal. (Folha de São Paulo - 10/07/97). Ainda segundo esta fonte, pesquisa feita pela OIT nas principais cidades latino-americanas em fins de 1995 apurou que de 75% a 80% dos postos do setor informal são ocupados por pessoas de baixa renda.

Esta evolução leva por sua vez ao surgimento de um conjunto de atitudes defensivas nos países em desenvolvimento, às quais podemos chamar de estratégias familiares de sobrevivência, que segmentam e desarticulam o universo do trabalho.

O Banco Mundial concluiu o seu relatório sobre o emprego no mundo assinalando que “as alternativas não são tão *laissez-faire* ou de intervenção governamental; trata-se de definir ações públicas efetivas capazes de dar suporte ao funcionamento eficiente do mercado, encorajar o investimento produtivo e responder às necessidades particulares de trabalhadores que são discriminados ou colocados em situação de desvantagem. Para que uma estratégia baseada em mercado de trabalho possa ter sucesso, os governos tem de estabelecer políticas de trabalho para lidar com os direitos básicos do trabalhador, a discriminação e a desigualdade, a segurança de acesso à renda e o próprio papel do governo como empregador” (The World Bank - *World Development Report*, 1995)

Pochmann (1999:.225) sintetiza as políticas neoliberais voltadas para o pleno emprego como: políticas econômicas comprometidas com o equilíbrio das contas públicas, restrição do crédito e desregulação do mercado de trabalho; garantia da prevalência dos interesses individuais, tendo na concorrência o princípio da eliminação de empregos e menos capazes, pois a capacidade de cada um é o que define o acesso à cidadania e à condição de consumidor, predominando a insegurança na renda e emprego. Quanto mais livre o funcionamento do mercado de trabalho, mais fácil o alcance do pleno emprego, sendo esta sua finalidade; o Estado deve deter a menor participação possível no excedente econômico, com sistema tributário proporcional e maior espaço para as decisões privadas, sendo este o seu papel; as funções do Estado de bem-estar devem se limitar às áreas sociais no contexto da seletividade e da focalização, paralela ao setor privado e direcionada exclusivamente para parcelas minoritárias da população (jovens, negros e mulheres); nas políticas sociais a diminuição dos benefícios públicos e criação de mecanismos de garantia de renda com menor valor possível para estes segmentos no mercado de trabalho, objetivando estimular a aceitação de empregos com salários menores, se necessário, promovendo ocupações em pequenos negócios (auto-emprego).

Nesse mercado, é sugerido às populações desempregadas como a alternativa para a solução do desemprego é o trabalho informal, a criação do próprio negócio, isto é, a saída é a desregulamentação do mercado de trabalho. Logo, percebe-se a relevância desse conceito para compreender a crescente inserção das mulheres, que não conseguem obter emprego ou estão subempregadas, no mercado de trabalho autônomo.

4. Espaços público e privado no trabalho em domicílio: caminhos que se bifurcam?

Antes de analisarmos mais minuciosamente a configuração dos espaços público e privado como *locus* sexuado, cabe fazermos breve análise teórica acerca destes conceitos. Essa discussão é encontrada em ARENDT e em HABERMAS.

Para ARENDT, as esferas públicas e privadas se consolidam a partir do modelo grego de democracia, nas sociedades antigas. Segundo a autora, foi na Grécia Antiga que surgiu a divisão entre a esfera pública, correspondente ao universo da *polis*, do bem comum, da política e da liberdade, espaço, portanto, da ação, e o espaço privado, que concerne ao âmbito da família, do *oikeios*, espaço destinado à manutenção da vida e da propriedade, portanto, espaço de *labor*. Tal visão histórica é também partilhada por Juergen Habermas.

Na esfera pública grega, o homem se manifestava como *bios politikos*, e seu exercício só era possível porque lhe asseguravam o labor de mulheres e escravos na esfera privada, no sentido de garantir o suprimento das necessidades e carências humanas.

“O fato de que a manutenção individual fosse a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie a tarefa da mulher era tido como óbvio; e ambas estas funções naturais, o labor do homem no suprimento de alimentos e o labor da mulher no parto, eram sujeitas à mesma premência da vida. Portanto, a comunidade natural do lar decorria da necessidade: era a necessidade que reinava sobre todas as atividades exercidas no lar.” (ARENDT; 2000:40)

Assim, a família e a política, o privado e o público, constituíram-se esferas diferentes e separadas, na mesma medida em que as relações de gênero nesses espaços. No entanto, na modernidade, essas fronteiras rompem-se ou mesclam-se, segundo Arendt, em virtude da ascensão de uma *esfera social*, que não é nem pública, nem privada, e na qual a esfera pública torna-se um instrumento de defesa do privado, da garantia da propriedade privada, que, por sua vez, através do capital, torna-se cada vez mais pública. Para HABERMAS (1984), a ascensão dos *media* é outro grande contribuinte para a transformação das esferas públicas e privadas, mas, dessa vez, por uma invasão do público no privado.

O trabalho no modelo em *domicílio* conduz a uma configuração inédita e muito peculiar dos espaços públicos e privados, de produção e reprodução. A *produção* diz respeito à produção de bens materiais e a reprodução à produção dos sujeitos sociais. Na *divisão sexual do trabalho*, histórica, cultural e socialmente construída, cabe aos homens o exercício da primeira e às mulheres da segunda. Essa é a origem da dupla jornada de trabalho que as mulheres têm de enfrentar ao inserirem-se no mundo da produção, uma vez que as atividades de reprodução (tarefas domésticas de cuidado da família) não são igualmente distribuídas ou incorporadas pelos homens. Historicamente, os estudos sobre produção e reprodução se davam separadamente, sem a articulação entre os conceitos e por conseqüência, sem o vislumbre das profundas interrelações do *público e do privado*, dadas as suas múltiplas e mútuas determinações.

Os casos das trabalhadoras das redes de dormir e daquelas que, através dos programas de microcrédito, são novamente convocadas ao lar ou passam a fazer do público um espaço de venda de atividades inerentes ao âmbito privado, podem nos dar a evidência de uma configuração em que a associação dualista público-produção e privado-reprodução não se adequa como modelo explicativo.

Se a versão dualista que opõe espaço público e privado em relações horizontais, a que se associam a esfera da reprodução e, portanto, da mulher e da natureza, e a esfera da produção, masculina por excelência, já não explicavam - mesmo após a Revolução Industrial, como nos mostrou Perrot - a realidade tal qual era, pois esses limites não existiam, muitas vezes invertendo-se, a acumulação flexível ou a reestruturação produtiva vem situá-la e colocá-la de vez em xeque. As razões: primeiro, porque este processo

está conduzindo à volta de muitas atividades produtivas ao lar⁸ segundo, numerosas pessoas, sobretudo mulheres, estão realizando atividades ditas reprodutivas (serviços de cuidados da família, empregadas domésticas, comércio de gêneros alimentícios etc.), apoiadas pelos programas de inserção no mercado, nos espaços públicos.

Tem-se, assim, que os limites estabelecidos por estas categorias dualistas estabelecem são cada vez mais variáveis e mutantes. O estudo dessas novas e velhas condições de trabalho de mulheres e homens conduz ao apontamento da necessidade de mudança epistemológica, pela “desconstrução” e “reconceitualização”⁹ das categorias analíticas em gênero e trabalho.

Enfim, os estudos de ambos os casos parecem evidenciar que o caminho que percorre a mulher hoje do espaço privado ao público ou vice-versa já não é mais a imagem de uma forma que se bifurca para que se continue o trajeto. Antes sim, parece fazê-la voltar ao ponto de partida.

“(...) se conseguisse um emprego razoável, igual ou pouco acima do seu lucro deixaria a ocupação atual e passaria a ser empregada. Deixaria de trabalhar 14 horas diárias, como faz na sua atividade para trabalhar 8 horas. Com emprego ainda temos mais garantia de cuidar da saúde e de outras necessidades. (Declaração de uma vendedora ambulante; 1999).”

Enfim, mediante o estudo desses dados coletados e tabulados nessa fase da pesquisa podemos dizer que a “feminilização” do mercado de trabalho autônomo está imbricada por uma rede de relações mais complexas e que se tornaram necessárias para a compreensão de nossa investigação. Como exemplo disso temos o momento em que adotamos o estudo dos dados referentes aos homens, pois se trata de uma pesquisa que tem como tema as relações de gênero. Ainda não podemos extrair conclusões mais aprofundadas e qualitativas, por quanto são finalidades da próxima fase da pesquisa.

Como forma de analisar as questões propostas, o próximo passo da busca investigação será a realização de um estudo comparativo com dois grupos de mulheres trabalhadoras autônomas, que estiverem inseridas em programas de geração de emprego e renda, tendo um obtido êxito e outro fracassado na sua atividade.

⁸Processo de terceirização que volta a acontecer – em maior intensidade – pois não foi completamente eliminado. As estratégias do capital parecem ter agora, caráter de refluxo.

⁹Tais mudanças epistemológicas nas abordagens sobre o espaço vêm sendo ressaltadas e instigadas nas Ciências Humanas, sobretudo, pelas contribuições da Geografia de Gênero.

ABSTRACT: The text deals with the autonomous and sub-contracted work of women in a redefinition between private and public environment. As a result of two researches that are still going on with the theme Style and Work, one of them with the sub-contracted work of women in hammock industries in Ceará and the other the autonomous work of women in the programs of microcredit financed by federal, state and municipal governments. These researches include the analysis on the transformation that happened in the world of work and its repercussion on the womanly condition in which the insertion of the women in the market is notorious, or for survival guarantees, or for familiar receipts increase or for emancipation.

Key words:

Public and private environment; women work; style and work; sub-contracted work; autonomous work.

Bibliografia

ARENDDT, H. A condição humana. 10^a ed. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BNB. Dados CREDIAMIGO, Fortaleza, 1998

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: ed. Vozes, 1998.

EEUU. The Word Bank. Word Development Report, 1995.

FOLHA DE SÃO PAULO: 10/07/97.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. Dados consolidados do PROFITEC, 1998

FROTA, C. & FROTA, H. Arqueologia industrial: as redes de dormir do Ceará, Fortaleza, 1999, digitado.

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HIRATA, H (org.) Sobre o “modelo” japonês. São Paulo, EDUSP, 1993.

KEHL, M.R. A mínima diferença: masculino e feminino na cultura. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

- _____. Deslocamento do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. Rio de Janeiro Ed. Imago, 1998.
- LEITE, M.P. “Qualificação, desemprego e empregabilidade”. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: SEAD, v.11,n.1, jan-mar.1997.
- MARX, K. O Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, livro 1, vol. 1, 1968.
- OLIVEIRA, M. A (org.). Economia & trabalho: textos básicos. Campinas: Unicamp, 1998.
- OLIVEIRA, V. A terceirização dos serviços de limpeza, asseio e higienização em órgãos da administração pública do Estado do Ceará Fortaleza:1999, Monografia de Especialização , (UECE).
- OIT. Regulación del trabajo de la mujer en América Latina. Espanha, 1993.
- PERROT, M. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros 2^a ed. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992,
- _____. Mulheres públicas. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.
- PIRES, I. J. B. Mercado de trabalho em Fortaleza: questões demográficas e de gênero (1991 - 1997). Fortaleza: SINE/IDT, abr. 1999.
- PNUD. Desarrollo Humano Informe, Bogotá: Tercer Mundos Editores, 1997.
- POCHMANN, M.. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.
- SHIROMA, Eneida Oto & CAMPOS, Roselene Fátima. “Qualificação e reestruturação produtiva”: um balanço das pesquisas em educação. In: Revista Educação e Sociedade, São Paulo: CEDES, n. 61, 1997.
- SINE/IDT - CE. Formas de inserção da mulher empreendedora no mercado de trabalho. Fortaleza: 1997.